

Rio de Janeiro, cidade-empresa e cidade-mercadoria¹

Vania Oliveira Fortuna²

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir criticamente sobre o projeto neoliberal de cidade posto em prática no Rio de Janeiro para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No complexo processo simbólico que envolve a legitimação de grandes intervenções urbanas sob a égide desse tipo de política urbana globalizada, a cidade se imprime como empresa e com mercadoria a ser consumida. Na construção de consenso, mídia e gestão urbana “aprisionam” a polissemia de sentidos da cidade num sentido único: o de cidade global. Os megaeventos têm um papel central nessas disputas discursivas. Para entendermos esse contexto, apresentamos um debate teórico sobre cidade e seus múltiplos sentidos, assim como cidade como signo fechado.

Palavras-chave

Cidades globais 1; megaeventos 2; comunicação 3; produção de sentidos 4.

Introdução

Penso nas raças convivendo nos outdoors da Benetton; nas melodias flamencas, italianas, inglesas e de sociedades não-europeias que “superam” suas diferenças locais nas turnês dos três tenores; nas exposições universais, nos espetáculos olímpicos e nas festas esportivas que “irmanam os povos” e oferecem ao mundo versões simplificadas do diverso e do múltiplo (CANCLINI, 2003, p.184).

O cenário não poderia ser mais propício para trazermos à discussão a miríade de possibilidades na relação cidade, mídia, sentidos e megaeventos: três grandes eventos marcaram o Rio de Janeiro em 2013 (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Rock in Rio), 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos). O ano de 2013 se configurou como momento limiar na história do Rio: se de um lado os megaeventos transformavam a cidade, do outro, uma série de manifestações protestava contra os altos investimentos em grandes eventos esportivos. É nesse imbróglio que percebemos como os sentidos podem ser sempre outros. A reurbanização que preparou a cidade para os

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Consumo, Comunicação e Organizações, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora dos cursos de Jornalismo e de Publicidade da Universidade Veiga de Almeida (UVA), e professora substituta do curso de Relações Públicas da UERJ. E-mail: vaniafortuna@gmail.com.

megaeventos, visando o objetivo maior de entrar para o rol das cidades globais, foi a mesma que marcou uma série de problemas estruturais e sociais.

É por esse viés que o trabalho que apresentamos propõe um debate teórico sobre cidade e produção de sentidos, pois tal reflexão norteou pesquisas distintas sobre os discursos do “Rio, cidade global”, a partir da “revitalização” da zona portuária, o Porto Maravilha, e da integração da cidade com o subúrbio, pela perspectiva midiática do Parque Madureira. Para essa discussão que tange aspectos teóricos, traremos as contribuições de autores que investigam a multiplicidade de sentidos que atravessa o signo cidade, bem como a tentativa de aprisionamento dessa polissemia num sentido único por estratégias espaciais e discursivas da política urbana neoliberal, a saber, cidades globais.

Estamos sujeitos aos atravessamentos que tornam os discursos produções vivas, passíveis de polissemia e paráfrase, o que nos leva a perceber e entender os espaços como dinâmicos e, por isso, passíveis do efeito metafórico nos sentidos dados à cidade (ORLANDI, 2007), que se flexibiliza entre maravilhosa e caótica, entre turística e violenta. A mesma lógica maniqueísta de bom e ruim estabelecida na geografia urbana da cidade, que cria espaços de “sonhos” e outros que carregam as “mazelas” da cidade, se prolonga nos significados dos megaeventos - e em toda a carga simbólica que engendram.

A leitura das imagens textuais pressupõe a exigência de referência aos ambientes nos quais o discurso é gerado. De tal maneira que, se somos sujeitos da cultura, somos, ao mesmo tempo, capazes, como indivíduos, de recusar, de romper com sentidos previamente determinados. Podemos buscar em Orlandi (2007) a “independência” do sujeito-indivíduo na negociação entre os condicionantes e, por conseguinte, a possibilidade de lidar mais livremente com os sentidos. Os discursos são dinâmicos e não algo dado como engessado no mundo. O caráter fluido do discurso está justamente no seu sentido de produção histórica e fruto dos embates políticos, de tal modo que sua legitimidade não existe, posto que é aberto à construção.

Em *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2008) nos aponta o discurso como prática de representação do mundo e de significação, o que o coloca numa posição de constituir e construir o mundo em significados. Pela perspectiva do autor, as práticas discursivas podem reiterar o mundo já concebido, ao mesmo tempo em que estão aptas a transformá-lo. Desse modo, são desenvolvidas na articulação dos discursos com o contexto social no qual estão inseridos.

A estrutura discursiva que procura condicionar o sujeito está imersa na possibilidade de rupturas capazes de romper com as artimanhas das relações de poder. Assim, os sentidos dos espaços se dinamizam em tais rompimentos. Para Fairclough (2008), a luta hegemônica se trava por meio de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos assim como se processam nos discursos; o que implica numa concepção dialética da relação entre as estruturas e os eventos discursivos. O autor considera as estruturas discursivas como ordens de discurso com a configuração de elementos mais ou menos instáveis. Já para a noção do texto (a sua materialidade), adota uma concepção centrada na intertextualidade e na maneira como são articulados textos e convenções prévias.

O projeto de cidade implementado pela gestão Eduardo Paes começou a ser delineado na década de 1990 pelo prefeito César Maia (1993-1996/ 2001-2004 /2005- 2008), que inspirado nas intervenções urbanas de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, introduziu o modelo de planejamento estratégico. Maia pretendia transformar o Rio em uma cidade global, a partir de um modelo neoliberal aplicado em cidades internacionais que se tornaram paradigmas. Nessa concepção de cidade, os megaeventos esportivos se convertem em estratégia discursiva para que grandes intervenções urbanas sejam “autorizadas”. O apelo simbólico que eles incitam, aflorando sentimentos de pertencimento, patriotismo e união entre os povos, é fortemente capturado pelos discursos em busca do apoio popular.

César Maia planejava qualificar a cidade para ser forte candidata à sede dos Jogos Olímpicos de 2004, mas ela foi eliminada. O fracasso da candidatura desencadeou políticas mais agressivas de *branding* urbano. Em 2002, o Rio foi eleito sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, megaevento que se tornou prioridade para o prefeito, pois o sucesso desse empreendimento seria fundamental para a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016. A eleição da cidade como sede da Olimpíada foi determinante para que a “revitalização” da zona portuária saísse do papel na gestão de Paes, visto que tal intervenção urbana foi idealizada por Cesar Maia. Com efeito, estamos diante do agendamento de uma concepção de cidade que se estende há três décadas.

O Porto Maravilha, o Parque Olímpico, em Jacarepaguá, e as obras de mobilidade urbana, que abriu vias expressas para a implantação dos BRTs, bem como do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando Centro e zona portuária, foram compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, também fizeram parte do repertório discursivo dos legados. O emblemático é perceber que tais empreendimentos apontavam para um objetivo maior, a especulação imobiliária, potencializada por discursos que ordenavam e aprisionavam

sentidos. Uma violência simbólica que naturalizava as consequências negativas do “Rio, cidade global”.

Os discursos sobre os megaeventos esportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos, tentavam construir uma nova imagem do Rio de Janeiro, visto que “esses eventos internacionais revelam desejos por uma cidade ideal, espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos” (JAGUARIBE, 2011, p. 1). Jaguaribe afirma que estávamos em um processo de *branding*, onde estratégias midiáticas vendiam uma imagem da cidade para que ela pudesse captar investimentos e turismo. Sob o mesmo viés, Vainer (2012) alerta que o desejo de vender a imagem do Rio no mercado simbólico levou a cidade a operar como uma empresa, em que a mídia mascarava as contradições e travava um debate silencioso para aproveitar as oportunidades de negócios geradas pelos megaeventos. Pensar que a cidade passa por uma oportunidade única faz com que se estabeleça uma “política do vale tudo”. Toda essa discussão nos faz refletir acerca das cidades e suas multiplicidades de sentidos, bem como o seu oposto: “aprimionadas” no sentido único das cidades globais.

1. As muitas cidades que habitam uma cidade

Os estudos sobre as cidades tornaram-se fundamentais para a comunicação social, pois nelas encontramos importante simbologia midiática. Benjamin já imprimira sua inquietação pelo espaço urbano em narrativas sobre a Paris do século XIX (2006). O cotidiano repleto de urgências da cidade moderna se reconfigura na metrópole contemporânea, percebida por Canclini (1995) como um videoclip, produto de uma profusão de imagens descontínuas que chegam de todas as partes e que nessa desordem propõe uma possível ordem. Entretanto, Jaguaribe (1998) afirma que esse emaranhado de imagens não cancela agenciamentos humanos, pois a “plasticidade dos imaginários” continua sendo veiculada pelos meios de comunicação.

Passar sem destino pela cidade e assim apreender o que ela deseja transmitir é o que Certeau chama de “jogos dos passos ou enunciação pedestre” (1994, p. 176). Os caminhantes, definidos pelo autor como “praticantes”, reordenam o espaço urbano na medida em que, a todo o momento, criam e recriam relações com a cidade. Sob o mesmo viés, Canevacci (2004) afirma que a condição para elaborar uma metodologia mais ou menos precisa da comunicação urbana é “querer perder-se” na cidade, pois somente sentindo-se um estrangeiro, desenraizado, desterritorializado, pode-se apreender novas possibilidades cognitivas e reconstruir uma identidade metropolitana.

Um dos pontos de introdução do pensamento de Orlandi (2004) para compreendermos a cidade a partir de seu discurso é de que a cidade e os corpos que a compõem formam uma unidade em que ambos os destinos estão atrelados em suas dimensões culturais, econômicas, históricas e sociais. Uma simbiose já trabalhada por Sennett em *Carne e Pedra* (2008). Tal corpo único nos dá a complexidade de estudarmos as relações discursivas dos espaços da cidade, já que se justapõem os sujeitos, os espaços e as práticas (sociais e discursivas).

A primeira complexidade que nos defrontamos é a quase frustrante tentativa de definirmos cidade. Numa pesquisa que pode ser incessante, é possível encontrar caminhos que vão desde o número de habitantes às atividades produzidas na (e pela) cidade, até percursos que se configuram em oposição ao rural ou se aproximam do conceito de civilidade e modos de condutas sociais. Mais importante aqui do que buscar uma definição “verdadeira” de cidade é entendê-la pela heterogeneidade de seus sujeitos. Se há caminhos que buscam o comum para o aglomerado da cidade, é justamente o oposto o que pensamos aqui ao entendermos a cidade para além das totalidades estética, econômica, produtiva/industrial e política – mesmo que todas essas dialoguem.

Segundo Orlandi (2004), a cidade se faz na troca de experiências, na proximidade (e até na distância) entre os indivíduos e nos deslocamentos espaços-temporais responsáveis pelas reconfigurações assumidas pelas cidades. Estar sensível à capacidade flexível de se reconfigurar nos aproxima de um entendimento da cidade pelas alterações possíveis nos sujeitos e na ordem social. As cidades se estruturam pelos contrastes (aparentes) de heterogeneidade e padronização, subordinação ao que é do coletivo ao mesmo tempo em que sobressai seu “q” de dispersão e individualidade, o que para Orlandi aponta “a mobilidade do indivíduo no campo de um grande número de indivíduos diferentes concentrados em um mesmo espaço” (ORLANDI, 2004, p.12).

Acrescentamos o constante movimento de “in” e “out” no próprio coletivo em grupos dos espaços que compõem a cidade. Por se tratar de um coletivo de espaços pertencentes a uma instituição administrativa, o binômio coletivo/individual se aplica também a um grupo/coletivo no qual o individual possa se caracterizar na analogia por “muitos indivíduos” de um grupo. E aí voltamos a um ponto central na questão que nos é cara: a cidade como um constante processo que se desenha na mobilidade de relações, de movimentos, de iniciativas, de embates, de alteridade, de diferenças e, porque não, de desigualdades.

Há uma vasta bibliografia que se dedica exaustivamente à busca pelos meandros e compreensão sobre o conceito de cidade, passando pelo crivo definidor a partir da quantidade de pessoas, dos índices comerciais da área, das presenças obrigatórias de determinadas

construções e serviços, da velocidade da informação. Podemos encontrar, inclusive, quem a entende a partir da tríade: espaço próprio, de um não-tempo sincrônico e da criação da cidade como um "sujeito universal", como nos apresenta Certeau (1994). São pontos de vistas que não se excluem, mas complementam-se quando entendemos que o que predomina são os gestos de interpretar seus sentidos.

O que está em questão para Orlandi (2004) é a sobreposição do urbano na constituição e entendimento da cidade. Além de se sobrepor também ao social da cidade, de tal forma que, embora determinações de sujeito e de espaços cruzem-se na cidade para criar significados, os destinos dos corpos dos sujeitos e da cidade estão atrelados ao que se entende de urbano pairando sobre seus caminhos. Ou seja, é nossa compreensão "fechada" de urbano que normatiza a forma como estruturamos nossas relações - sendo elas constitutivas da formação da cidade.

Não é preciso ir além para detectarmos essa dinâmica nos projetos que se propõem a transformar o Rio de Janeiro numa "capital" de eventos mundiais, como os traçados urbanísticos, a projeção da imagem da cidade pela "revitalização" da zona portuária, a construção de redes viárias de interligação da cidade, entre outras ações. Não se trata de minimizar a real necessidade de preparar o espaço físico da cidade propício ao seu crescimento desordenado e desigual. A questão é exatamente essa. Tapumes na Linha Vermelha com desenhos coloridos, desapropriações e remoções de favelas que beiram à usurpação física e moral dão minimamente a tônica da lógica dessa sobreposição do urbano. Realidade que não está distante no tempo cem anos antes, mesmo em outra ordem urbana. Os traçados urbanos da cidade são justificativas, muitas vezes veladas, para enfrentamentos que camuflam seus vértices sociais.

Basta uma breve leitura de alguns jornais do começo do século XX, como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*. A construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), o desmanche do Morro do Castelo, a construção de pavilhões para a Exposição Universal de 1922 ou a retirada dos cortiços da área central dão uma prévia de como, não importando as conjecturas e leituras arquitetônicas vigentes, o social é apagado pelo urbano. Dessa forma, o espaço urbano é a materialização simbólica do que nos colocamos a entendê-lo.

O projeto de cidade implementado no Rio de Janeiro entre 2010 e 2016 foi concebido segundo um modelo que tem entre as principais estratégias a preparação das cidades para megaeventos esportivos. Para entendermos sob qual lógica o Rio foi redimensionado, precisamos discutir a política urbana neoliberal que se disseminou como paradigma mundial.

Esse debate explicita como os megaeventos se firmaram como estratégias discursivas da gestão urbana e da mídia.

2. Cidade empresa, cidade mercadoria: produção de sentido único

As estratégias de recuperação da economia a partir do pós-guerra revelaram um novo papel das cidades na reestruturação capitalista, atribuindo protagonismo aos governos locais. Em consequência da globalização, bem como de uma crise política dos Estados nacionais, as cidades se tornaram centros direcionais da economia mundial. O fator econômico se imprimiu como o grande impulsionador do novo papel das cidades, que, segundo Compans (2005), se submeteu às decisões empresariais. Dessa forma, a ingerência dos Estados sobre a economia globalizada ficou fragilizada.

Uma nova trama institucional estaria sendo fundada numa rede internacional de governos locais articulados a organismos supranacionais de coordenação política e econômica. Os Estados nacionais comprometeram sua capacidade regulatória estatal e políticas econômicas porque uma interdependência se estabeleceu pela integração dos mercados de bens e serviços, prejudicando políticas fiscais, monetárias e salariais, fato que limitou o crescimento dos Estados.

O Estado regulador e a política de bem-estar social entraram em cena na primeira metade do século XX na Inglaterra, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, baseados nas teorias econômicas Keynesianas. Compans (2005) adverte que a intervenção do Estado na relação trabalhista, como a instituição do salário mínimo, as negociações com os sindicatos e a expansão dos programas de bem-estar social aumentaram a produtividade. A conquista desses benefícios, entretanto, gerou uma pesada carga tributária para o Estado em virtude do contínuo aumento dos rendimentos dos trabalhadores e dos ganhos de produtividade. No final dos anos de 1960, a queda desses ganhos gerou movimentos políticos e greves que pleiteavam benefícios para desempregados e imigrantes.

A década de 1970 consolidou a união de governos e empresas que trabalhavam no processo de reestruturação da economia, movimento “que se desdobraria por toda a década de 80, caracterizada pela desregulamentação, pela privatização e pelo desmantelamento do contrato social que havia assegurado a estabilidade do crescimento do modelo precedente” (COMPANS, 2005, p.48). Para a autora, a globalização foi consequência de um processo de reestruturação liderado por governos e empresários que compartilhavam dos mesmos interesses políticos e econômicos, e que exigiram que os países do “terceiro mundo”

adotassem o modelo com o objetivo de reproduzir no mundo a mesma fórmula de acumulação de capital.

A integração dos mercados financeiros mundiais, consolidada pelas novas tecnologias da informação, comprometeu a política monetária nacional. Compans (2005) ressalta que não só um modelo de intervenção estatal estava sendo colocado em xeque, mas também a própria ideia de economia nacional. A interdependência global entre as empresas prejudicou a atuação dos Estados nacionais, na medida em que segmentos abertos à concorrência internacional tentavam igualar suas condições de produção, sobretudo a do trabalho, às praticadas pelas empresas transnacionais.

Essas empresas procuravam se estabelecer em países que começavam a se industrializar, pois os custos eram menores e os mercados menos regulados. Nesse sentido, houve uma inadequação dos Estados às exigências da nova dinâmica econômica que se formava, visto que a rigidez administrativa impossibilitava o acompanhamento das constantes mudanças e do controle dos fluxos globais. Diante do processo de deslegitimação política, os Estados nacionais passariam a atuar como aparatos burocrático- administrativos.

A influência dos Estados Unidos nesse cenário foi determinante, pois ajudou a consolidar o neoliberalismo como pensamento único a partir de políticas urbanas que propuseram novas formas de relacionamento entre o poder público e o setor privado, que seriam posteriormente reproduzidas em países europeus e mais tarde nos latino-americanos. Diante da estagnação econômica decorrente da decadência do modelo fordista e da crise fiscal do Estado, que fecharam fábricas e enfraqueceram as atividades portuárias, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) instituiu uma conservadora reforma política de contenção de gastos sociais, desregulamentando o mercado de trabalho, reduzindo impostos e privatizando empresas estatais, medidas que resultaram numa diminuição importante do repasse de verba federal às cidades.

Os governos locais foram pressionados pela opinião pública a desenvolver ações que promovessem o desenvolvimento econômico, assegurando a manutenção e a geração de empregos. Dessa forma, foram criadas parcerias com empresas privadas, que segundo o governo Reagan seria a única fonte possível para as renovações urbanas. Incentivos fiscais para o setor imobiliário e concessão de empréstimos públicos foram alguns dos muitos estímulos oferecidos às empresas privadas para a criação de infraestruturas e empreendimentos nas *Enterprise Zones*, áreas estratégicas de negócios que dispunham de um regime jurídico-urbanístico especial. As parcerias público-privadas se converteram no principal fundamento da política urbana norte-americana.

Arantes (2012) defende que uma história americana fez das cidades máquinas produtoras de riquezas a partir de coalisões de elite que conformam especulação imobiliária e seus derivados. A intensificação dessa relação deslocou o interesse dos governos locais em ordenar amplas zonas para áreas específicas, como a “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias. O caráter seletivo da política urbana norte-americana e a busca pelo crescimento econômico, em detrimento de programas sociais, se impuseram na acirrada competição entre as cidades, resultando no aumento da segregação espacial.

O modelo de cidade empresarial norte-americano, viabilizado pelas parcerias público-privadas, se consolidou na “revitalização” de inúmeras cidades americanas. A “revitalização” da zona portuária de Baltimore ilustra os estudos de Harvey (1989), para quem o espetáculo urbano tem várias faces. As cidades americanas nos anos 60 tiveram como espetáculo urbano manifestações que reivindicavam melhorias sociais, inclusive via eventos contraculturais, como os festivais de rock.

Após o assassinato de Martin Luther King, em 1968, um pequeno grupo de políticos e empresários se reuniu para pensar estratégias de recuperação da ordem urbana. Esses atores desejavam uma cidade-comunidade. Para isso, era necessário um símbolo que tanto ajudasse a população a superar o medo e o descontentamento cívico, como também atraísse os olhos do mundo para a cidade. Nesse sentido, *A Baltimore City Fair* teve sua primeira edição em 1970 com o objetivo de celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade. O megaevento era a justificativa para uma renovação urbana que mudaria a imagem da cidade: a “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de *jouissance*, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie” (HARVEY, 1989, p. 91).

A construção do *Habor Place*, complexo arquitetônico à beira mar que se tornou um centro globalizado de compras e entretenimento, até hoje atrai muitos turistas. Foi mais um empreendimento priorizado em detrimento dos problemas sociais locais. Assim como Baltimore, muitas outras cidades foram “revitalizadas”, intervenções urbanas que para Harvey são aspectos de espetáculos de megaeventos transitórios, como os Jogos Olímpicos ou grandes festivais de música.

O “sucesso” das políticas urbanas americanas atraiu o interesse da Grã-Bretanha por essas novas estratégias de operacionalização de intervenções urbanas. Para a criação de zonas empresariais, o governo britânico concedeu incentivos fiscais e financeiros às empresas para a construção de prédios comerciais e industriais, assim como selecionou áreas a serem

“revitalizadas”. A adesão de parte da Europa ao modelo neoliberal de cidade foi determinante para a difusão das experiências norte-americanas e britânicas.

Congressos e seminários foram organizados para discutir a “fórmula milagrosa” de operacionalização de grandes intervenções urbana, a saber, as parcerias público-privadas. Entre os seminários, destacamos o “Consenso de Washington”³, cujo resultado indicava o modelo como “caminho único” para países emergentes que desejavam aderir ao capitalismo global. As políticas neoliberais seriam a solução para países latino-americanos que apresentavam inflação crônica na década de 80, como Peru, Bolívia, Venezuela, México, Argentina e Brasil.

Com efeito, a difusão/imposição internacional de uma matriz ideológica, chamada pelo jornalista e acadêmico Ignacio Ramonet (1995) de “pensamento único”, pretende universalizar a ideologia neoliberal, visto que aqueles que a representam, “os novos senhores do mundo”, instituíram “mandamentos” que tentam consolidar os interesses do capital internacional, fartamente reproduzidos por diferentes atores sociais. Para o autor, a mídia tem um papel central nesse contexto. A imposição, no entanto, não é declarada e muito menos se imprime de forma simplificada. Os interesses de um grupo particular, no caso o do capitalismo, se ocultam na construção de imaginários e em processos de identificação social. A dominação por particulares que se pretendem universalizar e os conflitos que dela emergem são dissimulados num processo de inversão da realidade.

Recorremos aos estudos de Orlandi (1999) para pensarmos a ideologia neoliberal sob a égide do discurso. A autora desloca a noção de ideologia para uma formulação discursiva a partir da observação da linguagem. O fato de não haver sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. No movimento de interpretação dos objetos simbólicos, no qual perguntamos “o que isto quer dizer?”, a resposta praticamente vem automática, sem questionamentos, porque o sentido se apresenta como evidência, como se sempre estivesse ali. Interpretamos e ao mesmo tempo negamos a interpretação via mecanismo ideológico.

O sentido como evidência se naturaliza na relação do histórico com o simbólico sem que se perceba a “espessura” e a “opacidade” da linguagem e da história, como se as determinações históricas fossem imutáveis. A ideologia trabalha com esse mecanismo de

³ O seminário “*The Political Economy of Policy Reform*”, realizado em 1993, “gerou um livro escrito em 1994 por John Williamson, economista liberal com passagem pela PUC-RJ, com um programa de estabilização e reformas econômicas que ele havia denominado de “Consenso de Washington”. O que Williamson propunha eram regras para a criação de circunstâncias favoráveis para que, nos países “emergentes”, técnicos altamente qualificados e conhecedores dos meandros técnico-burocráticos de suas respectivas administrações - os “*tecnopols*” -, pudessem assumir o poder político e implementar as reformas propostas pelo programa” (FERREIRA, 2003, p.138).

naturalização e apagamento da interpretação: “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 1999, p.46).

É sob essa lógica que entendemos o “pensamento único” sobre as cidades globais, uma ideologia dissimulada no seu próprio funcionamento. Dissimulação possível pela utilização de diferentes estratégias discursivas, entre elas, os megaeventos internacionais e a “revitalização” de zonas portuárias degradadas como molas propulsoras do desenvolvimento econômico e social das cidades.

As mudanças econômicas ocorridas depois da década de 1970, levam Sassen (1998) a afirmar que a globalização, aliada à crise no sistema *Bretton Woods*⁴, provocou uma reestruturação geográfica e temporal que criou uma “dualidade complexa”: a dispersão da atividade econômica, que ainda assim continuou mundialmente integrada. Isto demandou uma nova organização e estruturação das grandes cidades. Ou seja, mesmo com a dispersão das fábricas, filiais e subsidiárias, além dos “trabalhadores em casa” conectados às empresas, as cidades não se tornaram obsoletas. Pelo contrário, elas aumentaram seu poder econômico.

A globalização precisava de espaços especializados, e as cidades podiam oferecer tais espaços. Criava-se, dessa forma, uma rede mundial de cidades estratégicas, “uma nova geografia de centralidade”, capaz de estabelecer as conexões necessárias aos novos fluxos globais. São as “cidades globais”, conceito criado por Sassen em 1980 baseado na observação das redes de filiais das empresas, das bolsas, das rotas comerciais e da cadeia de commodities das cidades de Nova York, Londres e Tóquio, cidades analisadas empiricamente pela autora.

Para Sassen (1998), as cidades globais constituem-se em um complexo de empresas prestadores de serviços que se beneficia das aglomerações urbanas, posto que é setorialmente interdependente e precisa da proximidade física para atuar.

A prestação de serviços engloba questões financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração; pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição das vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para as empresas; segurança e armazenamento. Os principais componentes da categoria da prestação de serviços são uma cadeia de indústrias que atende ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial: seguros, atividades bancárias, serviços financeiros, atividades imobiliárias, serviços legais, contabilidade e associações profissionais. (SASSEN, 1998, p. 78)

⁴ As conferências de *Bretton Woods*, que definiram o Sistema *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional, realizaram-se nas primeiras semanas de julho de 1944, nos Estados Unidos. Estas conferências reuniram 44 países, entre eles o Brasil, para estabelecer um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional, visando reconstruir o capitalismo mundial ainda sob os acontecimentos da segunda guerra, procurando evitar novos cataclismos como os que ocorreram durante a Grande Depressão dos anos 30. Dessa forma, criou-se um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Mundial, apelidados então de os Pilares da Paz.

A conceituação de cidade global desenvolveu-se num período em que o enfraquecimento das estruturas rígidas da produção fordista e a dispersão espacial permitida pela tecnologia da informação transformaram importantes centros industriais fordistas em áreas degradadas e abandonadas. As cidades globais são aquelas capazes de superar a desindustrialização e a degradação. A concentração de sedes das empresas transnacionais também atribuiu a essas cidades um papel estratégico na economia mundial. Essas empresas demandaram o crescimento do setor de serviços, um “novo núcleo econômico”. Vale lembrar que autora não se refere a serviços tradicionalmente oferecidos pelas cidades, e sim a serviços específicos como contabilidade, informática, consultoria jurídica, seguros, publicidade, marketing, entre outros.

O ideário de cidade global se intensificou no Brasil na década de 1990, quando os consultores catalães liderados por Jordi Borja e Manuel Castells visitaram diferentes cidades latino-americanas, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro, divulgando o “modelo de sucesso”: Barcelona 1992. Borja e Castells (1996 e 1997) e Sassen (1998) tornaram-se referências quando se tratam de cidades adaptadas à economia globalizada. A apropriação desse ideário pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e pela mídia foi notória à época.

Borja e Castells (1996 e 1997) propagam fortemente o modelo neoliberal de cidade. Atribuindo às cidades a condição de atores políticos, os autores afirmam que os signos do protagonismo do modelo na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação multiplicam-se. Nesse cenário, os prefeitos das grandes cidades são convertidos em líderes nacionais pelo destaque que alcançam nas instâncias política e midiática. Os planos estratégicos que, segundo os autores, têm como inovação a participação cívica, a descentralização dos governos locais e as parcerias público-privadas, são determinantes para que as grandes cidades latino-americanas sobressaíam como atores políticos e econômicos.

Corroboramos as críticas que Vainer (2012) e Sánchez (2010) fazem à materialização espacial e discursiva proposta pelos consultores catalães, proposta mesma norteadora das sucessivas gestões urbanas do Rio desde a década de 90 e legitimada pela imprensa hegemônica. Os discursos sobre esse modelo de cidade estruturam-se, segundo Vainer (2012), “na articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*” (2012, p.77 – grifos do autor).

Vainer chama atenção, entretanto, para o fato de que os atores políticos e sociais que enaltecem um modelo de cidade competitiva desprezam as especificidades locais e valorizam o interesse do capital transnacional por meio de “espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e

empresários, torres de comunicação e comércio, segurança...”(VAINER, 2012, p.79). O preço que se paga por esse modelo de cidade preparado para disputar o direito a ser escolhida como localização atraente para investimentos e megaeventos é alto.

Conforme defende Sánchez (2010), o clima de otimismo em cidades designadas para sediar megaeventos “é utilizado duplamente: para atrair a percepção externa em várias escalas e para potencializar o chamado ‘patriotismo de cidade’” (SÁNCHEZ, 2010, p. 500), articulações discursivas nas quais transparece a cidade atuando como empresa e como mercadoria. Para a autora, a cidade-mercadoria é uma das ideias mais populares dos neoplanejadores, e nesta dinâmica o marketing urbano torna-se fundamental ao processo de planejamento e gestão das cidades. Nesse sentido, Sanchez (2010) e Vainer (2012) afirmam que preparar a cidade para receber megaeventos esportivos internacionais é um dos sustentáculos discursivos de um projeto ideológico de cidade.

3. Considerações finais

Pela discussão teórica apresentada neste artigo, observamos que a globalização como fenômeno social e seus desdobramentos, como a política urbana neoliberal, gera uma prática discursiva de construção e difusão das significações necessárias à legitimação do fenômeno. Trata-se de uma operação ideológica em que o relativismo dessas significações não é bem-vindo, daí toda uma articulação discursiva para recalcar os conflitos que advêm da concepção de cidade neoliberal.

A imprensa hegemônica é determinante nessa lógica, na medida em que problematizar as significações do “Rio, cidade global” compromete as representações construídas pelos discursos de uma gestão urbana neoliberal. Para Sodré (2005), a ideologia “globalista” é uma neobarb rie, e os meios de comunica o reforçam esse cenário ao se alinharem aos interesses dos grupos hegemônicos. O autor adverte que existem uma forma real da globaliza o e um formato midiático cujas representações da ideologia neoliberal são construídas por “jornalistas, financistas, professores, especialistas, artistas e tecnoburocratas de um modo geral” (SODRÉ In: MORAES, 2005, p. 39).

No que tange os megaeventos esportivos internacionais, sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, o formato midiático deu a ver a constru o discursiva do consenso sobre um projeto neoliberal de cidade, que se estrutura no aprisionamento da polissemia de sentidos no sentido único de cidade global.

Referências

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: RANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BORJA, Jordi, CASTELLS, Manoel. **Local y Global. Lá gestión de las ciudades em la era da información**. Madri: United Nations for Human Sttlements/Taurus/Pensamiento, 1997.
- _____. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP, n.45, julho de 1996.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo (SP): Imprensa São Paulo/ ANPUR/ UNESP, 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- JAGUARIBE, Beatriz. **Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos**. Compós, 2011.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- RAMONET, Ignácio. O pensamento único e os novos senhores do mundo. In: **Le Monde Diplomatique**. Maio, 1995.
- Versão traduzida disponível: http://www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado global**. Chapecó, SC: Argos, 2010.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SENNETTT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: Moraes, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro. Record, 2005.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.